

Tópicos setoriais

Agricultura gaúcha em 2007: principais produtos da lavoura temporária*

Maria Helena Antunes de Sampaio**

Economista da FEE

Suzana Ribeiro Boeckel***

Economista da FEE

Introdução

Com a divulgação, no mês de dezembro, pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), das estimativas preliminares sobre o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul em 2007, confirmou-se o ótimo resultado da agropecuária gaúcha, como antecipavam as sucessivas previsões do comportamento das safras, realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao longo do ano e, como já era indicado pela FEE, no primeiro trimestre do ano findo (Boeckel, 2007).

Assim, nas estimativas do PIB divulgadas pela Fundação, coube à agropecuária um papel importante para o crescimento da ordem de 7,0%, em termos reais, do Produto Interno gaúcho.

O setor agropecuário, com uma participação de 8,51% no Valor Adicionado Bruto (VAB) estadual, foi o destaque positivo do ano em curso, com um crescimento estimado em 19,2%, o que permite ao Setor Primário gaúcho ficar acima dos níveis de produção de 2003, recuperando as perdas do biênio 2004-2005. Devido à sua importância relativa na estrutura agrícola do RS, no que se refere às lavouras temporárias, devem ser destacados os aumentos na produção de trigo (113,7%), milho (32,3%) e soja (31,5%). O principal destaque negativo foi a queda na produção de arroz (-6,5%), explicado pela retração na sua área plantada (-7,9%). (FEE, 2008).

Este texto apresenta os resultados dos principais produtos, já citados, da lavoura temporária na safra de 2007, no Rio Grande do Sul e no Brasil, em termos de produção, área colhida e produtividade; situa a produção dos mesmos no contexto mundial; apresenta, também, algumas informações sobre o mercado internacional, bem como sobre preços externos e domésticos; evidencia, ainda, alguns aspectos das políticas governamentais do setor agropecuário, no que diz respeito ao crédito rural e às dívidas dos produtores. Por fim, são apresentadas as **Considerações finais**.

Resultados da safra 2007

A produção brasileira dos quatro principais produtos — arroz, milho, soja e trigo —, para a safra de 2007, foi de 124,9 milhões de toneladas; portanto, um acréscimo de 14,4% em relação à safra anterior. No Rio Grande do Sul, a produção foi da ordem de 24,0 milhões de toneladas — 22,0% superior à anterior —, representando 19,2% da oferta nacional desses produtos. Mesmo com essa expressiva produção, fica clara a perda de importância relativa da agricultura gaúcha, considerando que o Estado já chegou a produzir mais de um quarto do total desses grãos produzido no País, no início dos anos 90. Deve-se salientar que essa perda de importância não é resultante da queda dos volumes produzidos no Estado, mas reflexo do aumento da produção em outras unidades da Federação.

Se, entretanto, se considerar a participação dos produtos selecionados do RS nos do Brasil (Tabela 1), na safra de 2007, em relação à anterior, verifica-se que, à exceção do arroz, cuja participação diminuiu, os demais — milho, soja e trigo — ampliaram para, respectivamente, 11,6%, 17,1% e 44,0% da produção do País.

* Artigo recebido em 23 jan. 2008.

** E-mail: sampaio@fee.tche.br

*** E-mail: boeckel@fee.tche.br

O volume da produção nacional de soja atingiu 58,2 milhões de toneladas. O RS participou com, aproximadamente, 9,9 milhões desse total, o que correspondeu a um acréscimo de 31,5% em relação à safra de 2006 (Tabela 2). Deve-se ressaltar que esse aumento significativo na produção gaúcha é resultado do ganho de 30,6% no rendimento por hectare e não do incremento na área colhida (Tabela 3), já que esta se manteve praticamente no mesmo patamar da safra anterior (Levant. Sist. Prod. Agric., 2007).

A produção mundial de soja, estimada pelo United States Department of Agriculture (USDA) para 2007, foi de 235,8 milhões de toneladas. O Brasil participou com, aproximadamente, 24,7%, ficando com a segunda colocação no *ranking*, seguido pela Argentina, com uma participação em torno de 20,0%. Juntos, Brasil e Argentina alcançaram 105,4 milhões de toneladas, volume este bastante superior ao da produção dos EUA, maior produtor desse grão, estimada em 86,8 milhões de toneladas.

Em 2007, a produção de milho no Estado obteve um incremento de 32,3% em relação à safra de 2006, atingindo, praticamente, 6,0 milhões de toneladas, em uma área colhida 2,8% menor que a do ano anterior. Esse aumento significativo de produção deveu-se, principalmente, ao rendimento médio, que cresceu 36,1% (Tabela 4). Essa cultura participou com 11,6% na produção brasileira, a qual, nesta última safra, atingiu 51,6 milhões de toneladas, com crescimento de 20,9% em relação à do ano que passou. Nacionalmente, a produtividade teve um incremento de 10,3% em área, sendo 9,6% maior do que a de 2006 (Levant. Sist. Prod. Agric., 2007).

Quanto ao trigo, o Brasil é o maior importador da América Latina, e, embora se espere, para a safra de 2007, uma produção da ordem de 4,0 milhões de toneladas, manter-se-á a necessidade de importação em volumes significativos. Não obstante o crescimento de 61,0% na produção, esta continua insuficiente para atender à demanda interna, que gira em torno de 10,0 milhões de toneladas. Do trigo brasileiro, 44,0% foi colhido no RS, que, nesta última safra, teve um crescimento de 113,7% na produção e de 38,1% na área colhida. A produtividade cresceu 54,8%, em grande parte assegurada pelas condições climáticas, que foram favoráveis para o desenvolvimento da cultura.

A produção gaúcha de arroz para a safra de 2007, diferentemente do que ocorreu com os demais produtos analisados, reduziu-se em 6,5%, atingindo 6,3 milhões de toneladas, tendo sido obtido o rendimento médio de 6,7 kg/ha. O RS participou com 57,2% na produção

nacional, que foi de 11,1 milhões de toneladas, valor este que corresponde a uma queda de 3,9%. Com relação à área colhida, no Brasil, houve um decréscimo de 2,4%, enquanto, no Estado, este foi bem mais acentuado, em torno de 8,0%. Deve-se essa redução à conjuntura de preços vivenciada pelos orizicultores nas últimas safras, bem como a fatores climáticos desfavoráveis na ocasião do plantio, especialmente nas regiões maiores produtoras do Rio Grande do Sul.

A safra expressiva de grãos teve repercussão nas exportações. Em 2007, o valor exportado pelo agronegócio, no Brasil, foi de US\$ 58,4 bilhões. O Rio Grande do Sul participou com 15,1% desse total, ficando com o segundo lugar no *ranking* dos estados, perdendo apenas para São Paulo.

Assim, no período jan.-dez./07, as exportações do agronegócio, no Estado, foram de US\$ 8,8 bilhões, com variação nominal positiva de 27,0% em relação às do ano anterior. O complexo soja teve um crescimento de 85,6% em relação ao mesmo período e participou com 28,7% no segmento. Desse montante, a soja em grão participou com 18,2%, ficando os 10,5% restantes distribuídos entre óleos de soja bruto e refinado (5,2%) e farelo (5,3%) (Tabela 5).

Quanto a cereais, farinhas e preparações, o valor exportado, no mesmo período, foi de US\$ 151,8 milhões, com uma participação de 1,7% na pauta das exportações estaduais do agronegócio. Desse montante, 96,9% correspondem à exportação de milho, arroz e trigo. Entre esses produtos, os maiores valores provêm da exportação de milho, com US\$ 69,5 milhões, e de arroz, US\$ 48,4 milhões; juntos, esses dois segmentos têm uma participação de 77,7% no total dos cereais, farinhas e preparações exportados. Cabe salientar-se que tanto o Rio Grande do Sul quanto o Brasil não tinham tradição nas exportações de milho, arroz e trigo. Foi a partir da safra de 2001 que o País passou da condição de importador para a de exportador de milho, em decorrência da supersafra — consequência dos preços no mercado externo que estimularam o plantio de milho em detrimento ao da soja (Brasil, 2008).

Tabela 1

Participação percentual da produção de produtos selecionados da lavoura do Rio Grande do Sul na do Brasil — 2006-07

PRODUTOS AGRÍCOLAS	2006	2007
Arroz em casca	58,86	57,24
Milho em grão (1)	10,61	11,61
Soja em grão	14,41	17,08
Trigo em grão	33,12	44,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

(1) Primeira e segunda safras.

Tabela 2

Produção de produtos selecionados da lavoura no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2006-07

(t)

PRODUTOS AGRÍCOLAS E TOTAL	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	2006	2007	Variação %	2006	2007	Variação %
Arroz em casca	11 526 685	11 079 849	-3,88	6 784 236	6 342 251	-6,51
Milho em grão (1)	42 661 677	51 589 721	20,93	4 528 143	5 991 497	32,32
Soja em grão	52 464 640	58 197 297	10,93	7 559 291	9 938 817	31,48
Trigo em grão	2 484 848	3 998 072	60,90	823 062	1 759 093	113,73
TOTAL	109 139 856	124 866 946	14,41	19 694 732	24 031 658	22,02

FONTE: LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2007.

FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

(1) Primeira e segunda safras.

Tabela 3

Área colhida de produtos selecionados da lavoura no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2006-07

(ha)

PRODUTOS AGRÍCOLAS	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	2006	2007	Variação %	2006	2007	Variação %
Arroz em casca	2 970 918	2 901 232	-2,35	1 023 074	940 964	-8,03
Milho em grão (1)	12 613 094	13 827 500	9,63	1 403 218	1 364 343	-2,77
Soja em grão	22 047 349	20 637 643	-6,39	3 863 726	3 890 583	0,70
Trigo em grão	1 560 175	1 817 882	16,52	607 269	838 432	38,07

FONTE: LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2007.

FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

(1) Primeira e segunda safras.

Tabela 4

Rendimento médio de produtos selecionados da lavoura no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2006-07

PRODUTOS AGRÍCOLAS	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	2006	2007	Variação %	2006	2007	Variação %
Arroz em casca	3,88	3,82	-1,57	6,63	6,74	1,64
Milho em grão (1)	3,38	3,73	10,31	3,23	4,39	36,09
Soja em grão	2,38	2,82	18,50	1,96	2,55	30,57
Trigo em grão	1,59	2,20	38,09	1,36	2,10	54,80

FONTE: LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2007.
FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

(1) Primeira e segunda safras.

Tabela 5

Exportações de produtos selecionados do agronegócio do Rio Grande do Sul e do Brasil — 2006-07

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (US\$)		VARIAÇÃO % 2007/2006
	Jan.-Dez./06	Jan.-Dez./07	
AGRONEGÓCIO DO BRASIL	49 423 585 426	58 420 428 050	18,2
Agronegócio do Rio Grande do Sul	6 948 777 620	8 827 530 817	27,0
Complexo soja	1 365 665 011	2 535 087 033	85,6
Soja em grão	738 188 903	1 605 241 064	117,5
Óleo de soja em bruto	295 705 329	458 331 977	55,0
Óleo de soja refinado	322 995	3 977 680	1 131,5
Farelo de soja	331 447 784	467 536 312	41,1
Cereais, farinhas e preparação	68 818 308	151 811 793	120,6
Somatório	66 368 667	147 171 938	121,7
Milho	5 726 956	69 501 361	1 113,6
Arroz	51 753 271	48 448 011	-6,39
Trigo	8 842 500	29 133 914	229,5
Preparação à base de cereais	1 759 173	3 051 193	73,4
Produtos e subprodutos da indústria moageira ..	690 468	1 588 662	130,1

FONTE: BRASIL/Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.
FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

Preços domésticos versus preços internacionais e comercialização

Os preços dos grãos, à exceção do arroz, apresentaram, nessa safra, comportamento muito favorável. O IPEA já apontava ter havido, desde o segundo semestre de 2006, “[...] uma elevação abrupta dos preços internacionais dos grãos, devido aos novos estímulos anunciados pelo governo americano à expansão da produção de etanol derivado do milho” (B. Conj., 2007).

No que se refere à soja, observa-se que os preços domésticos acompanharam o movimento dos preços internacionais; porém, ainda que tenham apresentado um crescimento expressivo de 53,8%, evoluíram, no período considerado, aquém do incremento nos preços internacionais, que foi de 95,9% (Gráfico 1). A cotação da soja na Bolsa de Chicago era de US\$ 199,85 a tonelada em setembro de 2006, passando para US\$ 391,59 a tonelada em novembro de 2007; em Passo Fundo, situada em região grande produtora no RS, a soja (saca de 60kg) estava cotada em R\$ 26,17 e R\$ 40,24, respectivamente, no mesmo período.

A análise do IPEA também identificou que “[...] ocorreu um claro *pass through* da alta desses preços internacionais para os preços domésticos, embora variando de grau de produto a produto” (B. Conj., 2007).¹

A alta no comportamento do preço dos grãos foi impulsionada pelo mercado internacional da soja. Desde a implantação da política americana de produção de etanol à base de milho, os Estados Unidos diminuíram 16% da área colhida e, como consequência, a produção para os demais grãos. Outro fator agravante para a soja foi a quebra de safra na China, e uma expectativa de perda de 4 milhões de toneladas do produto. (Carta Conj., 2007).

Além dos fatores mencionados, também o clima — em função do fenômeno La Niña, que, em 2007, comprometeu parte da lavoura norte-americana — possibilitou à soja um quadro de preços favoráveis. Tal comportamento poderá dar um fôlego ao produtor brasileiro, que está saindo de três safras consecutivas de maus resultados. No mercado gaúcho, o preço médio de comercialização no primeiro semestre de 2007 foi da

ordem de R\$ 27,08 a saca de 60kg; já em dezembro do mesmo ano, a soja estava sendo comercializada por, aproximadamente, R\$ 39,26, superior em 38,3% ao preço de dezembro de 2006. Cabe ressaltar-se que, apesar do aumento dos preços nos últimos meses, o preço de comercialização ficou próximo ao do patamar de 2002.

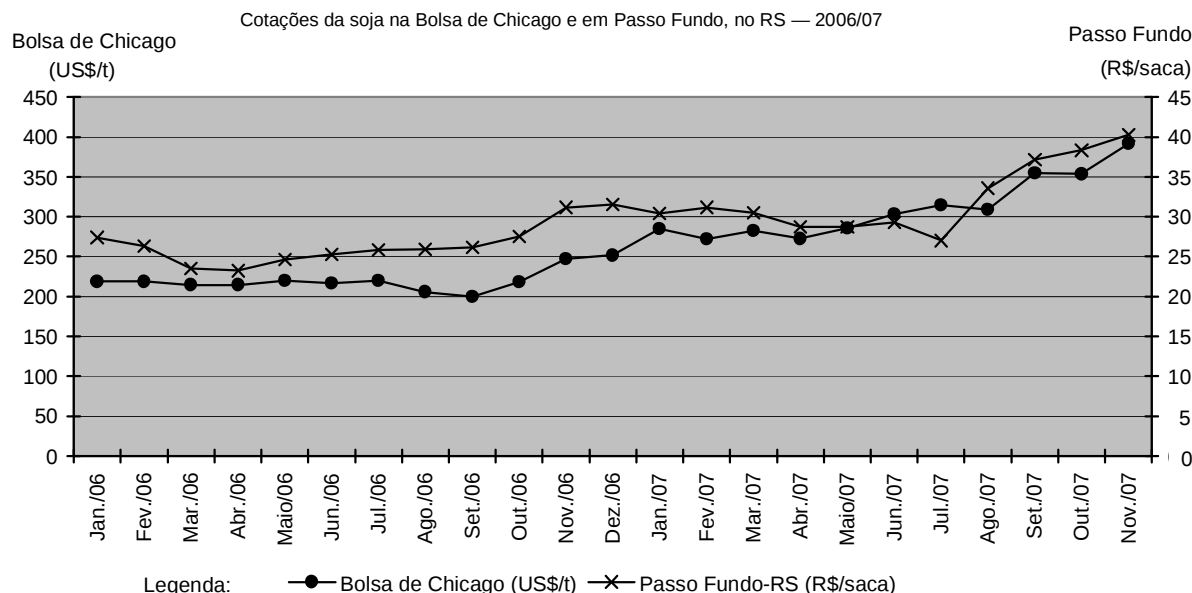
No que se refere ao milho, a comercialização aconteceu gradativamente, em razão da expectativa de aumento no preço do produto, no período da entressafra, impulsionado pela pressão das demandas interna e externa. No mês de novembro de 2007, a tonelada do milho foi comercializada, no Estado, por R\$ 404,83, com um crescimento de 37,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Quanto ao comportamento dos preços do trigo, em dezembro de 2007 houve queda de 5,8% relativamente ao mesmo mês do ano anterior.

Para o arroz, se forem comparados os preços praticados em 2007 com os do ano de 2004, quando a saca de 50kg era vendida por um preço médio (período de janeiro a novembro) de R\$ 30,96, tem-se uma defasagem de 32,8% no preço médio de comercialização do arroz em casca no ano de 2007. Em 2006, o preço do arroz foi o mais baixo desde 2004, atingindo um patamar de R\$ 19,10. Já nesta última safra, houve uma recomposição do preço em relação à safra de 2006, de 8,9%, alcançando R\$ 20,80, ainda inferior aos preços do ano de 2004 (IRGA, 2007).

¹ Para discussão mais abrangente, ver Abreu, Medeiros e Werneck (2003).

Gráfico 1



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Abiove.

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) e as principais medidas da política agrícola

Para cumprir os cinco objetivos elencados no **Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008** (Brasil, 2007), o Governo propôs as seguintes medidas: aumentar a oferta de recursos do sistema oficial de crédito rural, reduzir as taxas de juros, ampliar os limites do crédito rural por tomador, intensificar o apoio à média agricultura, garantir recursos para equalização do Prêmio de Seguro Rural, continuar o esforço de consolidação do Seguro Rural, encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei de criação do Fundo de Catástrofe, garantir recursos para o apoio à comercialização antes e após o plantio e estimular as operações de *hedge*.

Considera o Governo que “[...] a adoção dessas medidas, sobretudo as referentes ao aumento no volume de recursos e à redução de taxas de juros, terão ampla repercussão em termos de modernização do setor e

elevação da renda do produtor rural”. O PAP informa, ainda, que

[...] o volume de crédito rural destinado à agricultura empresarial e familiar quase triplicou ao longo do atual Governo, passando de R\$ 24,7 bilhões em 2002/2003 para R\$ 70 bilhões, conforme programado para a safra 2007/2008. Esse montante representa um crescimento de 16% em relação ao volume de recursos programados para a safra 2006/2007, cujo valor era de R\$ 60 bilhões (Brasil, 2007).

Programação e aplicação de recursos nas safras 2006/2007 e 2007/2008

Apresentam-se, na Tabela 6, os recursos programados, segundo os planos agrícolas de 2006/2007 e 2007/2008, e efetivamente aplicados nas referidas safras,

considerados os períodos respectivos de julho a novembro (dados preliminares calculados pelo MAPA em 21.12.2007) — Tabela 6.

Como se pode observar, o volume de crédito destinado à agricultura empresarial, na safra 2007/2008, no montante de R\$ 58 bilhões, é 16,0% superior ao da safra anterior, participando o crédito para custeio e comercialização com 84,7% e o de investimento com 15,3% do total programado. Em relação aos recursos aplicados, verifica-se que, no período jul.-nov./07, foram desembolsados R\$ 24,8 bilhões, significando um valor 22,9% superior ao que foi aplicado na safra 2006/2007, no mesmo período.

O total de recursos com taxas de juros controladas terá um aumento de 25,8%, atingindo R\$ 37,8 bilhões, em comparação aos R\$ 30,1 bilhões programados na safra 2006/2007. A participação desses recursos, na safra 2007/2008, no volume de crédito para custeio e comercialização é de 77,1%, contra os 72,7% observados na safra anterior.

Do PAP, tem-se também a informação de que

[...] a taxa anual de juros controlada do crédito rural permaneceu no mesmo patamar de 8,75% desde o Plano Agrícola e Pecuário de 1998/1999, enquanto as taxas de juros Selic e TJLP foram reduzidas substancialmente. Além disso, a elevação da taxa real controlada de juros do crédito rural, decorrente da queda da inflação, aumentou o custo financeiro desse crédito (Brasil, 2007).

Como forma de corrigir essas distorções, as taxas anuais de juros com recursos controlados, tanto para custeio quanto para comercialização, foram reduzidas de 8,75% para 6,75% na safra 2007/2008, o que significa uma diminuição de 22,9% no custo desses financiamentos para o produtor rural. A taxa de juros do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural) também foi reduzida de 8% para 6,25% ao ano. (Brasil, 2007).

Parte desse ganho, porém, será afetada pela introdução da alíquota de 0,38% do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) no crédito rural, medida esta anunciada pelo Governo através do Decreto nº 6.339, publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União, no dia 3 de janeiro de 2008, para compensar parcialmente o fim da cobrança da Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) a partir de janeiro de 2008. A incidência ocorrerá na abertura de crédito nos financiamentos de custeio e comercialização, bem como nos investimentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e nos

Empréstimos do Governo Federal (EGF), realizados ao amparo da Política de Garantia de Preços Mínimos. Incidirá, ainda, nas operações de crédito para cooperativas, entre cooperativas de crédito e seus associados, de Adiantamento Para Custeio e Câmbio (ACC) para exportação. Ficam fora da incidência as operações de seguro rural, que já eram isentas.

Dos recursos com juros controlados, o desembolso relativo, no período jul.-nov./07, foi de R\$ 18,7 bilhões, significando quase a metade do que foi programado para o período e com acréscimo de 26,2% em relação ao desembolsado em igual período do ano anterior.

Em relação aos recursos para investimento, os programas do BNDES tiveram um acréscimo de 38,0% nas aplicações de julho a novembro de 2007, contra igual período do ano anterior, e atingiram R\$ 1,3 bilhão. E os demais programas — Fundos Constitucionais, Finame Agrícola Especial e Proger Rural (BB) — aumentaram 15,8% o desembolso dos recursos relativamente aos mesmos períodos referidos anteriormente.

Também a ampliação dos limites de financiamento de custeio, investimento e EGF anunciada no Plano Agrícola foi outra medida importante em benefício dos produtores.

Tabela 6

Programação e aplicação de recursos do Crédito Rural no Brasil — safras 2006/2007 e 2007/2008

FONTES DE RECURSOS OU PROGRAMAS	SAFRA 2006/2007			SAFRA 2007/2008			COMPARATIVO DE APLICAÇÕES (Δ%) (D/B)
	Programação Jul./06- Jun./07 (R\$ milhões) (A)	Aplicação Jul.- Nov./06 (R\$ milhões) (B)	Desembolso Relativo (%) (B/A)	Programação Jul./07- Jun./08 (R\$ milhões) (C)	Aplicação Jul.- Nov./07 (R\$ milhões) (D)	Desembolso Relativo (%) (D/C)	
A - Custeio e comercialização	41 400,0	18 257,4	44	49 100,0	22 365,4	46	23
A.1 - A juros controlados	30 100,0	14 788,0	49	37 850,0	18 667,5	49	26
Exigibilidade (6,75% a.a.) (1)	20 400,0	9 175,1	45	28 400,0	13 903,5	49	52
Poupança Rural (6,75% a.a.) (2) ..	8 000,0	4 481,2	56	5 500,0	3 769,3	69	-16
Funcafé (7,5% a.a.)	1 000,0	963,5	96	1 750,0	723,7	41	-25
Proger Rural (6,25% a.a.)	700,0	168,2	24	2 200,0	271,0	12	61
Banco do Brasil (BB)	300,0	87,2	29	1 800,0	209,8	12	141
Banco do NE	-	-	0	-	-	0	0
Bancos cooperativos	380,0	81,0	21	400,0	61,2	15	-24
Banco da Amazônia	20,0	-	0	-	-	0	0
A.2 - A juros livres	11 300,0	3 469,4	31	11 250,0	3 697,9	33	7
Poupança Rural (MCR 6-4) (3)	6 000,0	337,9	6	2 600,0	508,7	20	51
Recursos livres (4)	2 300,0	929,1	40	2 300,0	712,1	31	-23
CPR Aval/Compra	3 000,0	703,1	23	2 000,0	511,6	26	-27
BB — Agroindustrial	-	1 499,3	0	4 350,0	1 965,5	45	31
B - Investimento	8 600,0	1 923,3	22	8 900,0	2 436,5	27	27
B.1 - Programas do BNDES	6 100,0	938,9	15	6 100,0	1 296,3	21	38
Moderfrota	3 000,0	504,6	17	3 000,0	767,4	26	52
Moderagro (5)	1 850,0	252,5	14	1 850,0	270,6	15	7
Moderinfra	500,0	76,5	15	500,0	46,8	9	-39
Propflora	100,0	18,8	19	100,0	20,0	20	6
Prodecoop	450,0	83,8	19	450,0	185,0	41	121
Prolapex	200,0	2,7	1	200,0	6,5	3	141
B.2 - Demais linhas e/ou programas	2 500,0	984,4	39	2 800,0	1 140,2	41	16
Fundos constitucionais (5,0% a 9,0% a.a.) (6)	2 200,0	964,0	44	2 500,0	1 090,0	44	13
Finame agrícola especial (12,35% a.a.)	200,0	5,9	3	200,0	3,5	2	-41
Proger (BB)	100,0	14,5	15	100,0	46,7	47	222
C - Agricultura empresarial (A + B)	50 000,0	20 180,7	40	58 000,0	24 801,9	43	23
D - Agricultura familiar (Pronaf) (7)	10 000,0	4 177,9	42	12 000,0	4 050,3	34	-3
E - Agricultura total (C + E)	60 000,0	24 358,6	41	70 000,0	28 852,2	41	18
F - Outros créditos	3 000,0	2 172,3	72	-	149,8	-	-93
F.1 - FAT Giro Rural	3 000,0	2 140,0	71	-	149,8	-	-93
Banco do Brasil	2 500,0	2 056,1	82	-	36,9	-	-98
Demais bancos (8)	500,0	83,9	17	-	112,9	-	35
F.2 - Coopgiro FAT — Banco do Brasil ..	-	32,3	0	-	-	-	-100
F.3 - FCO Comercialização	-	-	0	-	-	-	0
G - TOTAL GERAL (E + F)	63 000,0	26 530,9	42	70 000,0	9 002,0	41	9

FONTE: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: fev. 2008.

NOTA: Esta tabela foi elaborada pelo DEAGRI-SPA-MAPA, com data de 21.12.2007 e a partir de dados preliminares. Para visualizá-la na íntegra, acessar <www.agricultura.gov.br>.

(1) Informações do Bacen/Recor (custeio, investimento e comercialização) deduzidos Pronaf fonte das exigibilidades (BB, Sicredi, Bancoob, BASA e BNB). (2) Recursos controlados: informações do BB e do Sicredi (custeio, investimento e comercialização). (3) Informações do BB, do BNB, do BASA, do Sicredi e do Bancoob (custeio, investimento e comercialização). (4) Informações do Bacen/Recor (custeio, investimento e comercialização). (5) A partir da safra de 2007/2008, o novo Moderagro engloba os antigos Moderagro, Prodefruta e Prodeagro. (6) Informações do BB, do BNB e do BASA (custeio, investimento e comercialização); FNE comercialização = R\$ 11,01 milhões. (7) Informações do BB, do BNB, do BASA, do Sicredi e do Bancoob. (8) Informações do BNDES.

O endividamento

O endividamento do setor rural tem sido uma questão recorrente e que perpassa os temas em discussão nas diversas instâncias que têm relação com o problema.

Em março do ano findo, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estimava que as dívidas do campo, incluindo os débitos já rolados e os atuais, somavam R\$ 110 bilhões, o equivalente ao valor do custeio de uma safra. “Parte é endividamento antigo, como a securitização e o Programa de Saneamento de Ativos (Pesa) já renegociado, outra parcela equivale ao custeio da safra passada e outra, aos custeios já prorrogados”. A Assessoria Técnica da CNA explicou, naquela ocasião, que, dependendo do caso, havia produtores com obrigação de pagar cinco a seis parcelas diferenciadas: o Pesa, a securitização, a parcela do investimento, a do custeio prorrogado do ano de 2006 (20% a 60%), o custeio do banco ou *trading* e 30% da parcela da safra de 2004, renegociada. Com isso, a CNA estimou que apenas em débitos rolados e não pagos — ou seja, atrasados — sejam R\$ 7 bilhões. Valor igual foi refinanciado no ano passado (2006), referente às perdas das safras por questões climáticas e cambiais, desde a temporada 2004-05 (Endividamento..., 2007).

Para amenizar essa situação, o Banco Central editou as Resoluções nº 3.495, nº 3.496 e nº 3.497, todas em 30 de agosto de 2007. A primeira dispõe sobre concessão de prazo para pagamento de prestações de investimento com vencimento em 2007 e sobre prorrogação de parcela com vencimento em 2007 dos créditos de custeio prorrogados referentes às safras de 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006; a segunda tem o objetivo de conceder rebate (bônus) e prorrogação das parcelas de investimento com vencimento em 2007; e a terceira dispõe sobre a concessão de rebate de que trata o Decreto nº 6.200, de 2007, e sobre a permissão para prorrogação parcial de parcelas de financiamento ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Posteriormente, em 28 de setembro de 2007, a Resolução nº 3.500 do Banco Central, alterou as resoluções antes mencionadas, modificando alguns artigos, introduzindo novas condições e prazos para pagamentos.²

² Para ver todas as medidas, consultar <www.cna.org.br>.

Em 20 de dezembro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, mediante a Resolução nº 3.523 — que complementa as de números 3.496 e 3.497 —, a prorrogação das prestações das dívidas dos produtores rurais que venceram dia 17 de dezembro de 2007 para 15 de fevereiro de 2008, definindo a forma de concessão de bônus de adimplência sobre as parcelas com vencimento em 2007 de financiamentos rurais. O CMN ainda postergou, de 28 de dezembro de 2007 para 31 de março de 2008, as negociações sobre o endividamento do setor (CMN..., 2007).

E, no apagar das luzes de 2007, o Governo editou a Medida Provisória nº 410, prorrogando, para 30 de abril de 2008, o prazo de contratação das operações do Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA), que encerraria em 28 de dezembro de 2007. O programa permite a renegociação dos débitos do setor rural com fornecedores de insumos referentes às safras 2004/2005 e 2005/2006 (Governo..., 2008).

Considerações finais

O crescimento de 22,0% na produção de grãos do Rio Grande do Sul resultou em um faturamento bruto para o produtor de, aproximadamente, R\$ 12,4 bilhões (FEE/Núcleo de Contabilidade Social), superior ao da safra de 2006 em 42,0%. Em relação ao valor da produção do conjunto de produtos considerados neste artigo, pode-se observar que a lavoura de arroz foi a única que teve um Valor Bruto da Produção 19,1% menor que o da safra anterior; as demais tiveram crescimento: o milho cresceu 81,7%; a soja, 80,9%; e o trigo, embora com preço 6,4% inferior ao da safra anterior, apresentou um aumento de 98,1%, assegurado pelo significativo crescimento da produção (EMATER, 2007).

Em razão da *performance* da última safra, estima-se, para a safra brasileira de 2008, de acordo com o **Terceiro Levantamento da Safra Brasileira de Grãos**, realizado pela Conab (dezembro de 2007), um aumento na área plantada de 46,5 milhões de hectares, tendo como produtos selecionados o caroço de algodão, o amendoim (1ª e 2ª safras), o arroz, a aveia, o centeio, a cevada, o feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), o girassol, a mamona e o milho (1ª e 2ª safras), a soja, o sorgo, o trigo e o triticale, com um incremento de 0,6% em relação à anterior. Em relação às culturas de soja, de milho (1ª e 2ª safras) e de arroz, estimam-se acréscimos na área plantada de, respectivamente, 1,3%, 1,5% e 0,8%. A se confirmar essa estimativa, a produção de grãos no País

poderá atingir 134,8 milhões de toneladas. Esse incremento na área de milho e de soja se deve principalmente à elevação dos preços de comercialização, que foram pressionados pelo aumento das demandas interna e externa.

No Rio Grande do Sul, espera-se um comportamento similar ao nacional, com um aumento de 2,2% na área total plantada. Para esse incremento, colaboraram o milho e o arroz, com aumento na área de 2,1% e 10,0% respectivamente. Diferentemente desses produtos, para a cultura da soja, na safra em andamento, é esperada redução de 1,7% na área plantada.

A ampliação dos recursos destinados ao crédito pelo sistema oficial de crédito rural, a redução das taxas de juros e as demais medidas previstas no PAP podem dar uma contribuição importante para os resultados da safra de 2008, que está em andamento. Também as medidas adotadas para refinarçar ou alongar as dívidas dos produtores, relativas às safras passadas, se não solucionaram de todo, foram importantes para amenizar a questão do endividamento. Os produtores negociaram com o Governo ao longo de todo o ano de 2007; não obstante isso, algumas questões importantes permanecem pendentes.

Entretanto dois fatores tiveram influência decisiva na obtenção do expressivo desempenho na safra de 2007: os preços domésticos e externos e o clima favorável.

Certamente, continuarão a balizar a safra de 2008.

Referências

ABREU, Marcelo de Paiva; MEDEIROS, Marcelo Cunha; WERNECK, Rogério. **Formação de preços de commodities**: padrões de vinculação dos preços internos aos externos. Rio de Janeiro: PUC, 2003. (Texto para discussão; n. 474).

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/inicial/ptbr/php/>>. Acesso em: dez. 2007.

BOECKEL, Suzana Ribeiro. Previsão das safras brasileira e gaúcha em 2007: aponta uma supersafra? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 45-52, 2007.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: IPEA, n. 78, set. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: jan./fev. 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: jan. 2008.

CARTA DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2007.

CMN prorroga prazo de dívidas. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 21 dez. 2007.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. Disponível em: <www.cna.org.br>. Acesso em: fev. 2008.

ENDIVIDAMENTO do campo chega ao valor do custeio de uma safra. **Gazeta Mercantil**, p. C-7, 01 mar. 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA — FEE. **Produto Interno Bruto da economia gaúcha em 2007**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/>>. Acesso em: jan. 2008.

GOVERNO prorroga prazo do FRA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 2 jan. 2008.

INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ — IRGA. Disponível em: <<http://www.irga.rs.gov.br>>. Acesso em: nov. 2007.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2007.

TERCEIRO LEVANTAMENTO DE AVALIAÇÃO DA SAFRA 2007/2008. Brasília: CONAB, dez. 2007. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: jan. 2008.